

Dívida Externa Brasil GAZETA MERCANTIL atrasa com 15 ABR 1988 o Clube 15 ABR 1988 de Paris

por Cláudia Safatle
de Brasília

O atraso no cronograma da negociação externa, admitido pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, ontem, levará o governo brasileiro a adiar novamente a retomada dos contatos com os governos credores, reunidos no âmbito do Clube de Paris, que está desde o segundo semestre do ano passado sem entendimentos para pagamento de juros e rolagem do principal.

O Banco Central (BC) tem feito o depósito do principal numa conta do Clube de Paris em instituição onde não pode ser sacado pelos bancos credores, com base numa regulamentação interna. Está também pagando os juros, referentes ao estoque da dívida, de aproximadamente US\$ 20 bilhões, apenas para os países que fizeram acordos bilaterais no ano passado, após o acordo "guarda-chuva" concluído em 21 de janeiro de 1987, ainda sob a gestão do então ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

No primeiro trimestre deste ano — janeiro/março — o BC remeteu juros equivalentes a cerca de US\$ 200 milhões para os governos que realizaram acordos bilaterais no ano passado. Estão fora desses entendimentos, no entanto, três grandes credores do Clube de Paris com o Brasil: Estados Unidos, Japão e Suíça.

A retomada das negociações com o Clube de Paris somente deverá ser conduzida pelo governo brasileiro após a assinatura de um acordo com os bancos privados e a efetivação de um acordo "stand by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No cronograma original do ministro da Fazenda, no final de junho todas essas etapas já estariam concluídas e seria possível, em meados de julho, começar os contatos com os governos dos países industrializados credores do País. O atraso no cronograma, segundo entendem fontes oficiais, poderá adiar por mais de um mês esse calendário imaginado pelo ministro Nóbrega.

Um novo acordo com o Clube de Paris, assim, terá de abarcar os débitos com o principal vencidos no segundo semestre de 1987, os vencidos e vincendos neste ano e, se possível, os débitos a vencer em 1989, dado que o acordo com o FMI deverá envolver todo o ano que vem.

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, criticou ontem, em Washington, os programas destinados a oferecer "soluções rápidas" para a crise da dívida, como a securitização dos empréstimos bancários.

(Ver página 2)